

fundos de pensões

o futuro é de quem o faz.



**Caixa Geral
de Depósitos**

 **CGDPensões**
Grupo Caixa Geral de Depósitos

Relatório e Contas 2012

FUNDO DE PENSÕES

PESSOAL DA MUNDIAL-CONFIANÇA

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. A Conjuntura Económica	3
1.2. Mercado Monetário	5
1.3. Mercado Acionista	6
1.4. Mercado Obrigacionista	7
1.5. Mercado Cambial	7
2. ENQUADRAMENTO DOS FUNDOS DE PENSÕES	9
3. CARTEIRA DO FUNDO DE PENSÕES PESSOAL DA MUNDIAL- CONFIANÇA	10
3.1. Comentário à gestão e indicadores de evolução e <i>performance</i>	10
3.2. Política de Investimento	14
4. RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	25

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Conjuntura Económica

Em 2012, a economia mundial continuou a crescer a um ritmo lento, depois de ter apresentado alguma aceleração na parte inicial do ano. A retoma perdeu, contudo, vigor a partir do 2º trimestre e até ao final do ano, à medida que os efeitos negativos da crise da Área Euro (AE) e os receios com possíveis consequências negativas relacionadas com o ajuste orçamental nos EUA, a partir de 2013, pesaram negativamente sobre a confiança e a atividade económica.

Embora no final do ano os indicadores económicos tenham denotado uma melhoria nos EUA e uma estabilização na Área Euro, as principais economias continuaram a revelar, em 2012, uma elevada fragilidade. Para além dos efeitos de contraciclo para o crescimento, decorrentes dos processos de reequilíbrio das finanças públicas num conjunto de países europeus, os desequilíbrios orçamentais a que se assiste noutras economias de primeiro plano, a começar pela própria economia norte-americana, geraram fatores adicionais de incerteza. A deterioração do mercado de trabalho num grande número de países desenvolvidos contribuiu para elevar os níveis de receio, o que num contexto de correção dos elevados níveis de endividamento das famílias, restringiu significativamente o ritmo de expansão nestes países. Apesar de, por um lado, o mercado habitacional dos EUA ter revelado uma substancial melhoria em 2012, por outro lado, subsistiram elevadas dificuldades na retoma deste mercado noutros países avançados afetados por bolhas imobiliárias.

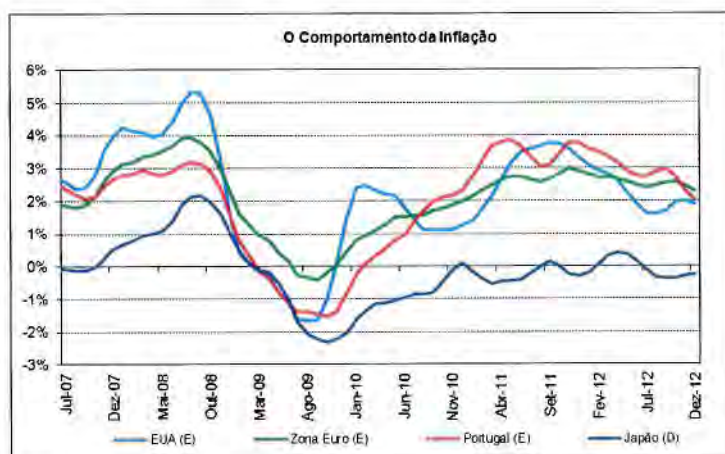
Embora tenham voltado a registar níveis de crescimento muito assinaláveis, as economias emergentes evidenciaram também, sobretudo na segunda metade do ano, algum abrandamento, quer em resultado do enfraquecimento dos seus principais países de exportação, quer em consequência das políticas macroeconómicas de contenção, em especial na área monetária, implementadas ainda no ano anterior para prevenir o aparecimento de tensões inflacionistas. Em 2012, em muitos destes países, as políticas monetárias foram novamente objeto de ajustamento, desta feita num sentido mais expansionista no intuito de contrariar o arrefecimento económico.

A crise da dívida pública da Área Euro intensificou-se durante 2012 após se ter assistido a um contágio da mesma à dívida italiana e espanhola, situação agravada pelas crises políticas despoletadas pelo pedido de ajuda para o setor financeiro do Governo de Espanha e pela necessidade de aprovação de um novo pacote de auxílio financeiro à Grécia, mesmo após o processo de reestruturação da dívida pública daquele país ainda durante o 1º trimestre do ano. Com a correção das finanças públicas colocadas no topo das prioridades políticas, muitos governos viram-se de novo obrigados a anunciar novas medidas de austeridade ou, em alguns casos, o reforço das existentes.

Fator determinante para a evolução económica voltou a ser a resposta das autoridades europeias, de onde se destacou o reforço dos mecanismos de auxílio existentes, quer pela

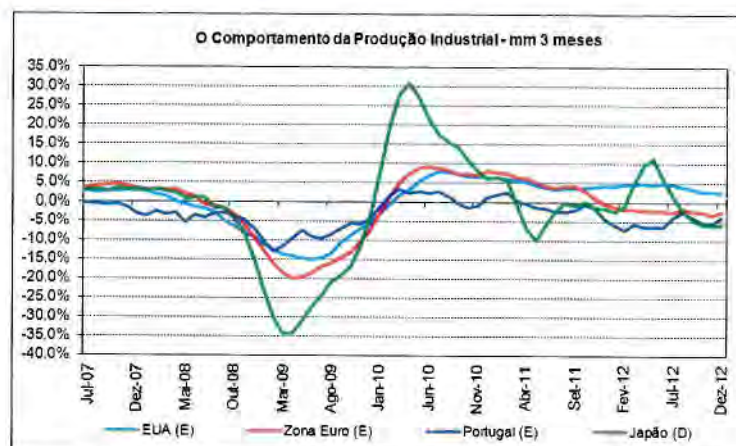
necessidade de melhorar as expetativas, quer pelo imperativo de tentar assegurar o fluxo de crédito à economia através da normalização do mercado interbancário e de capitais.

O desempenho dos bancos centrais em 2012 deixou transparecer uma crescente preocupação com as perspetivas para o crescimento. Na Área Euro, onde, em meados do ano, a principal taxa de referência foi reduzida para um mínimo histórico (0.75%), o Banco Central Europeu anunciou a implementação de novas medidas não convencionais, das quais se destaca a constituição de um novo programa de compra de dívida pública (OMT) e a realização de um segundo leilão de cedência de liquidez a 3 anos. No Japão, o Banco Central aumentou por seis vezes o seu programa de compra de ativos financeiros. Nos EUA, a Reserva Federal reforçou a compra de títulos do Tesouro, bem como a aquisição de títulos de dívida hipotecária com o intuito de comprimir ainda mais as taxas de juro. Nos países, nomeadamente emergentes, mas também nos avançados, onde ainda havia espaço para tal decisão, verificaram-se novas descidas das taxas de juro diretoras, destacando-se neste âmbito o Brasil, onde a principal taxa encerrou 2012 num mínimo de sempre.



Após um início de ano promissor, os indicadores económicos dos EUA mostraram, sensivelmente a partir da Primavera, um desempenho consistente com um ritmo de crescimento lento. Apesar das dúvidas crescentes, quer de empresários, quer de famílias, acerca dos resultados que vão produzir as negociações entre os responsáveis a fim de ser possível evitar o forte ajustamento orçamental em 2013, a atividade encerrou o ano a mostrar sinais de melhoria, quer ao nível do consumo, quer ao nível do investimento.

A atividade económica na Área Euro permaneceu deprimida durante todo o ano de 2012. Ainda no 3º trimestre a região entrou em recessão pela 2ª vez em 4 anos, função do contributo negativo da procura interna. Nos últimos meses do ano os indicadores respeitantes à confiança continuaram a apontar para a contínua contração do PIB. O mercado de trabalho teve um comportamento particularmente negativo, com a taxa de desemprego a atingir o nível mais elevado desde 1990. A inflação permaneceu acima dos 2% ao longo de 2012, fixando-se, perto do final, nos 2.2%, o nível mais baixo desde o 1º trimestre de 2009.



No Japão, apesar de um início de ano auspicioso, a persistência das pressões deflacionistas não só se mantiveram, como se acentuaram e o abrandamento da economia mundial, que levou o país a registar um forte arrefecimento a partir do 2º trimestre, após o qual a atividade voltou a contrair, conduziu o Banco Central a decretar, por diversas vezes, o aumento da dimensão do programa de aquisição de ativos financeiros e a intervir, pontualmente, no mercado cambial.

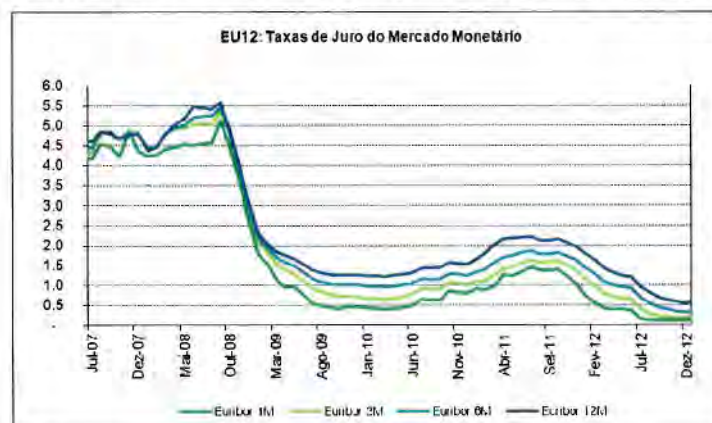
No bloco emergente, saliente-se a forte moderação registada ao nível do contributo do comércio externo devido, sobretudo, à queda das importações com origem na Europa, levando os bancos centrais, em todas estas regiões, a decretar descidas das respetivas taxas de juro diretoras. Num ano em que foram designados novos dirigentes na China, saliente-se o abrandamento desta economia que, em meados do ano, chegou a registar o crescimento mais modesto desde o início de 2009. Moderado foi, também, o crescimento da economia brasileira que permaneceu praticamente estagnada durante o 1º semestre de 2012, antes de uma melhoria muito modesta na segunda metade do ano.

A economia portuguesa registou, de novo, uma contração em 2012. Ainda no 3º trimestre de 2012, a economia nacional averbou uma queda de -0.9%, o oitavo decréscimo consecutivo de queda do PIB, em cadeia. Os indicadores de confiança divulgados registaram uma forte deterioração ao longo de praticamente todo o ano, consequência também dos anúncios de medidas de austeridade para reduzir o défice orçamental público. No mercado de trabalho, de acordo com o INE, o último valor da taxa de desemprego, referente ainda ao terceiro trimestre, foi 15.8%, tendo a população desempregada atingido os 870.9 mil indivíduos. A inflação arrefeceu durante o ano, à semelhança do que se passou na maioria dos países europeus, atingindo os 2.2% em novembro de 2012, o valor menos elevado desde julho de 2010.

1.2. Mercado Monetário

As taxas de juro de curto prazo evidenciaram, no ano de 2012, um comportamento descendente, tendência constante ao longo do período em análise, consistente com a evolução desfavorável da economia no bloco europeu. Em função deste fator, o Banco Central Europeu (BCE) procedeu, ao ajustamento da política monetária, através da redução do nível de taxa

diretora para mínimos históricos, 0.75%, e da taxa de depósitos junto desta instituição para 0%,



em Julho de 2012. Por outro lado, também a existência de uma menor perceção de risco no setor financeiro europeu, influenciada pela atuação do BCE, por via da cedência de liquidez ao sistema através de operações de refinanciamento a médio/longo prazo, contribuiu para a trajetória descendente das taxas de juro

praticadas em mercado ao longo do ano.

Assim, o indexante Euribor a 3 meses encerrou o ano a 0.19%, registando uma contração de 117 p. b. face a Dezembro de 2011. Por sua vez, a taxa a 12 meses evidenciou um comportamento semelhante, ao decrescer 141 p. b., fixando-se a 0.54%.

1.3. Mercado Acionista

O ano de 2012 caracterizou-se por performances positivas entre os principais mercados acionistas, impulsionadas pela inversão do sentimento de mercado vigente até ao segundo semestre de 2011. Entre os fatores que contribuíram de forma determinante para a performance da classe ao longo do período em análise, destaque para a atuação do Banco Central Europeu e da Reserva Federal dos EUA, que, por intermédio da adequação contínua das condições de política monetária, convencional e não convencional, ao ciclo económico e sentimento de mercado, permitiram a consecução de maiores níveis de apetite pelo risco entre os investidores. Por outro lado, do ponto de vista macroeconómico, foi visível uma melhoria dos dados económicos reais e de confiança divulgados na economia americana ao longo da segunda metade do ano, o que constituiu um fator de



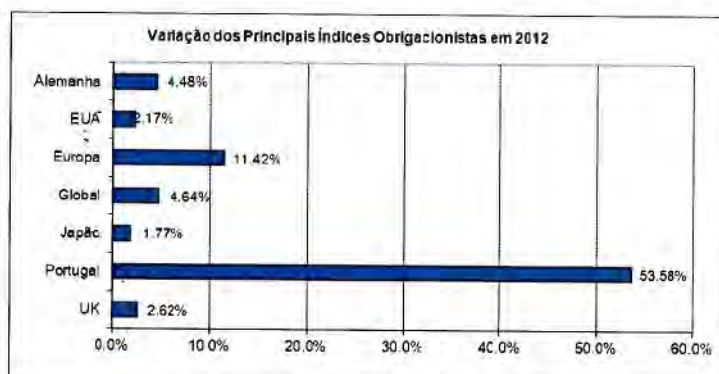
suporte para a classe. Não obstante, tal ocorrência não foi verificada no bloco económico da Zona Euro, onde foi visível uma contínua fragilidade ao longo do período em análise, consistente com o cenário económico recessivo presenciado na região.

Deste modo, no cômputo anual, o índice americano *S&P 500* registou uma valorização de 13.4%, enquanto o índice agregado europeu *Eurostoxx 600* evidenciou uma valorização de 15.5% em 2012. Já os mercados de países periféricos e semiperiféricos, designadamente

Grécia (FTSE/ASE), Portugal (PSI-20) e Itália (FTSE/MIB) registaram performances igualmente positivas, com valorizações de 16.7%, 2.9% e 7.8%, respetivamente, enquanto o índice acionista espanhol (IBEX-30), obteve uma desvalorização de 4.7% no ano.

1.4. Mercado Obrigacionista

Ao longo do ano verificaram-se tendências consentâneas no comportamento das yields dos mercados de dívida soberana de referência (EUA e Alemanha), apresentando um comportamento decrescente, que conduziu, inclusivamente, o custo de financiamento destes emittentes para níveis mínimos históricos ao longo do período em análise. Tal comportamento



deveu-se, não apenas ao enquadramento económico recessivo na Europa e de fraco crescimento económico global, sem perspetivas de pressões inflacionistas, assim como à prevalência de focos de aversão ao risco no que se refere à crise da dívida soberana europeia,

beneficiando do estatuto de refúgio ao longo do primeiro semestre do ano. No entanto, não obstante a recuperação da perceção de risco em mercado ao longo da segunda metade do ano, impulsionada pela atuação do BCE, as taxas de juro não evidenciaram uma inversão de tendência.

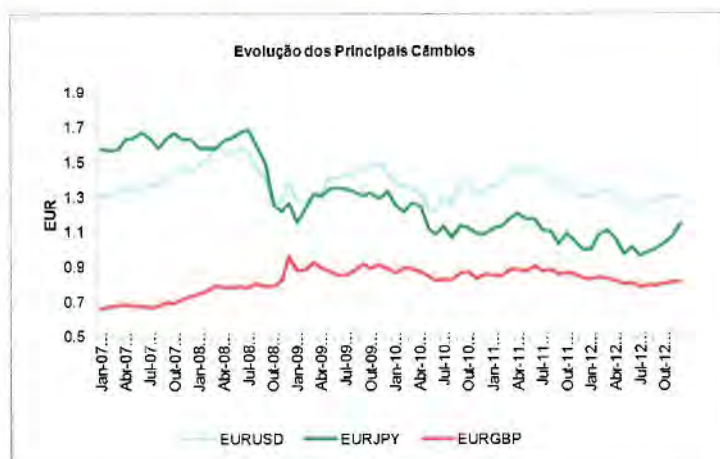
Assim, ao longo do ano de 2012, foram visíveis descidas de yields, em especial nos prazos mais longos, com as maturidades a 2 anos de EUA e Alemanha a variarem 0.7 p. b. e -16 p. b., os prazos a 10 anos obtiveram descidas de 12 p. b. e 51 p. b., respetivamente.

1.5. Mercado Cambial

No ano de 2012, o comportamento do mercado cambial foi marcado por alguma volatilidade, com uma tendência de depreciação da moeda única europeia ao longo do primeiro semestre do ano, para posterior contração do prémio de risco incorporado na região. A cotação da divisa encontrou-se, desta forma, estreitamente correlacionada com a evolução da perceção de risco associada à crise da dívida soberana europeia, alvo de uma forte recuperação ao longo do segundo semestre do ano, após a atuação e suporte providenciado pelo Banco Central Europeu, através da criação do mecanismo de compra de títulos de dívida soberana europeia, o OMT.

Assim, ao longo do ano de 2012, o Euro registou uma apreciação de 0.5% face ao cabaz de trocas comerciais da Zona Euro. Por outro lado, face às divisas de referência, como o Dólar Americano, Libra Inglesa e Iene, a moeda única europeia registou valorizações de 0.8%, -2.8% e 14.6%, respetivamente. No mesmo

período, o Dólar registou uma desvalorização de -0.5% face ao cabaz representativo das principais trocas comerciais.



2. ENQUADRAMENTO DOS FUNDOS DE PENSÕES

A Norma 8/2009-R de 4 de Junho do ISP vem regulamentar os “Mecanismos de Governação no âmbito dos fundos de pensões no que respeita à gestão de riscos e controlo interno”.

Assim, a CGD Pensões, no âmbito da sua função de gestão concluiu, no último trimestre de 2012, o trabalho conjunto com a Direção de Gestão de Risco (DGR), conducente à assunção, por parte desta Direção da Caixa Geral de Depósitos (CGD), do controlo, avaliação e monitorização das medidas definidas pela medição dos seguintes riscos:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de concentração;
- Risco de liquidez:
 - Nos fundos de pensões fechados são tidas em linha de conta as necessidades de se assegurarem os *cash-flows* dos passivos bem como as pensões que já se encontram em pagamento;
 - Nos fundos de pensões abertos é tida em linha de conta a estrutura etária dos Participantes, o histórico de transferências entre fundos ou para outros fundos e o histórico de reembolsos.

Encontra-se em fase de elaboração o contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre Sociedade Gestora e a CGD, no que respeita a esta matéria.

O risco operacional é já tratado e monitorizado no âmbito do processo ROCI da CGD, transversal a todo o Grupo e o risco de investimento é controlado através do cálculo periódico da margem da solvência da CGD Pensões.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) é assegurado transversalmente a todo o Grupo pela CGD encontrando-se implementado e com testes regulares levados a cabo ao longo do ano.

A auditoria interna foi subcontratada à CGD, mediante celebração de contrato específico sendo assegurada pela respetiva direção da Caixa Geral de Depósitos.

Quanto aos riscos específicos do plano de pensões, bem como o risco de mercado, nos casos dos planos de pensões de benefício definido, são calculados e monitorizados pelo respetivo atuário responsável.

3. CARTEIRA DO FUNDO DE PENSÕES PESSOAL DA MUNDIAL-CONFIANÇA

3.1. Comentário à gestão e indicadores de evolução e *performance*

O 1º semestre de 2012 foi condicionado pela crise da dívida soberana europeia, em particular o acentuar do risco na Espanha e Itália, e pela dificuldade de entendimento político na União Europeia.

Do outro lado do Atlântico, a incerteza política e a debilidade económica, sobretudo em termos de mercado de trabalho, também contribuíram para um sentimento negativo.

No 2º semestre o estímulo monetário generalizado, os sinais positivos na frente política europeia, nomeadamente em torno da união bancária, da flexibilização das condições impostas aos países sob ajuda e, principalmente, o marco histórico que constituiu o anúncio do programa de compra de dívida pública (*OMT – Outright Monetary Transactions*) pelo Banco Central Europeu, mudaram o sentimento de mercado, levando a um *bull market* nas ações e no crédito, com destaque para um estreitamento dos *credit spreads* dos títulos de dívida soberana de países periféricos europeus muito além das expetativas no início do ano.

De salientar que, exceto nos EUA, onde surgiram sinais de melhoria no imobiliário e indústria, esta recuperação dos mercados financeiros coexistiu com a manutenção de uma conjuntura macroeconómica ainda frágil, incluindo sinais de abrandamento nas economias emergentes.

Alocação por Classes de Ativos

Face à incerteza do desempenho dos mercados, a alocação à classe acionista começou por ser conservadora, passando a moderadamente agressiva no 2º semestre em linha com a evolução favorável nas frentes política europeia e macroeconómica nos EUA.

Mais clara e estável foi a visão de que a dívida dos Estados oferecia menos valor do que a dívida *corporate* não financeira, face à evidência de que a dívida *corporate* vinha de um processo de desalavancagem, conjugado com uma estratégia de diversificação geográfica. No entanto, desta visão consensual decorreu um estreitamento das *yields* da dívida *corporate* que equilibrou as duas subclasses de rendimento fixo, em termos de valor relativo.

O crescimento fraco, a ausência de inflação e a política monetária convencional e não convencional levaram as taxas de juro para mínimos históricos, havendo um consenso de que a situação se poderia prolongar.

Salienta-se ainda a convicção de que os ativos de mercado imobiliário, tipicamente uma das últimas classes de ativos a recuperar das crises, se iria manter “deprimido” por um período superior ao estimado no ano anterior.

Assim, as principais decisões de alocação foram as seguintes:

-
- posicionamento neutral na classe acionista alternado com um *underweight*, no primeiro semestre, e com um *overweight* no segundo semestre do ano;
 - *overweight* estável, ao longo de grande parte do ano, de dívida *corporate* contra dívida pública dentro da componente de títulos de rendimento fixo, posição esta que foi neutralizada no 4º trimestre de 2012;
 - posição neutral em duração, em termos de risco de taxa de juro;
 - *underweight* a ativos de mercado imobiliário contra ativos de rendimento fixo, particularmente a ativos de mercado monetário, como bilhetes do tesouro e depósitos a prazo.

As posições ativas de alocação tiveram um impacto positivo nos resultados.

Seleção de Setores e Títulos em Cada Classe

A gestão, em termos de seleção, esteve alinhada com a de alocação, apesar de o posicionamento ser mais pró-recuperação económica.

Assim:

- no segmento acionista foi mantido, ao longo de todo o ano, um *overweight* em setores e empresas mais cíclicos contra os mais defensivos, embora com um desvio moderado face ao *benchmark*;
- em dívida pública taxa fixa privilegiou-se, durante o 1º semestre, um *overweight* em governos periféricos europeus contra governos *core*, posição que foi revertida, progressivamente, ao longo do 2º semestre;
- em termos de crédito, quer taxa fixa quer variável, também se procedeu a um *overweight* em dívida de empresas, em particular do setor financeiro, de países periféricos, mas com maturidade curta, apostando na manutenção dos títulos até à sua maturidade.

Em termos agregados, as decisões de seleção foram muito positivas, com destaque para a componente acionista, bem como de dívida *corporate* (taxa fixa e taxa variável).

Performance Agregada

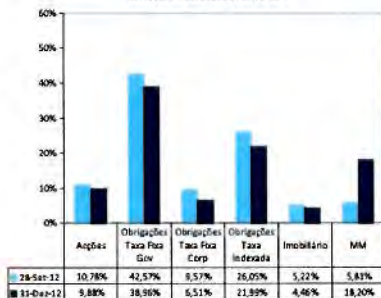
A evolução dos ativos e a composição da carteira, decidida em termos de distribuição por segmentos de investimento traduziram-se numa rendibilidade acumulada do Fundo, no ano, de 11.76%, contra 9.96% do respetivo *benchmark*.

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA MUNDIAL CONFIANÇA



31-Dez-12

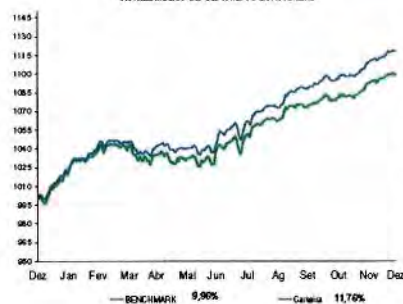
Evolução da Composição da Carteira



OverWeight/UnderWeight vs Benchmark		Carteira		
		Peso Médio TRIM	Peso Médio	Benchmark
4,12%	Ações	11,01%	9,88%	10,0%
-4,4%	Obrigações Taxa Fixa Gov	43,12%	38,96%	49,0%
1,87%	Obrigações Taxa Fixa Corp	9,31%	6,51%	5,0%
11,21%	Obrigações Taxa Indexada	25,57%	21,99%	36,0%
2,54%	Imobiliário	5,17%	4,46%	2,0%
-12,24%	MM	5,81%	18,20%	2,0%
		100,00%	100,00%	100,00%

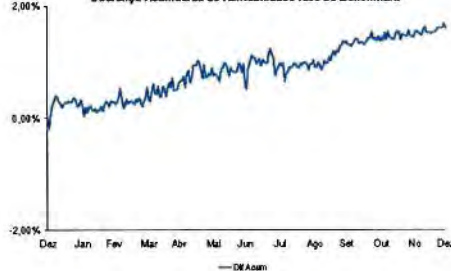
Carteira Consolidada	Performance TRIM		Performance YTD	
	Carteira	Benchmark	Carteira	Benchmark
	2,75%	2,51%	11,75%	9,99%

Rentabilidade da Carteira vs Benchmark

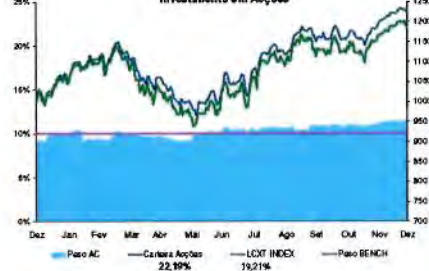


Carteira de Ações					
Contributo Absoluto	6,25%	7,24%	22,19%	19,21%	
Contributo Relativo	0,68%	0,72%	2,13%	1,95%	
Carteira de Obrigações Taxa Fixa Gov					
Contributo Absoluto	3,05%	9,19%	11,98%	11,42%	
Contributo Relativo	1,30%	1,40%	4,97%	5,01%	
Carteira de Obrigações Taxa Fixa Corp					
Contributo Absoluto	3,82%	3,07%	15,85%	15,54%	
Contributo Relativo	0,39%	0,13%	1,52%	0,64%	
Carteira de Obrigações Taxa Indexada					
Contributo Absoluto	1,50%	0,72%	10,75%	9,89%	
Contributo Relativo	0,38%	0,28%	2,70%	2,87%	
Carteira de Imobiliário					
Contributo Absoluto	0,38%	-1,63%	0,59%	-0,81%	
Contributo Relativo	0,02%	-0,63%	0,01%	-0,02%	
Valor da Carteira Total					
	26.548.460	(reais)			

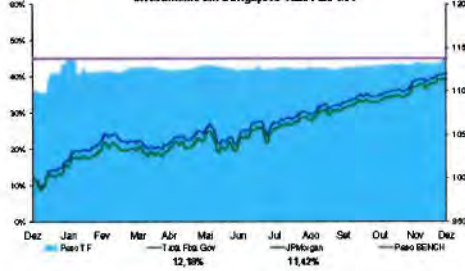
Diferença Acumulada de Rentabilidade face ao Benchmark



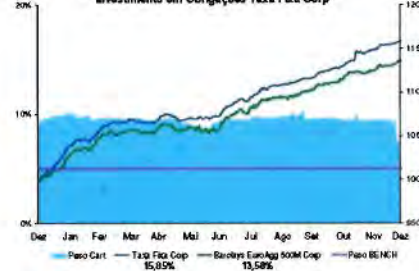
Investimento em Ações



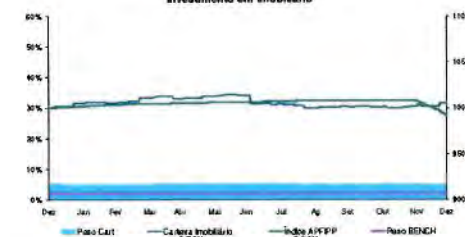
Investimento em Obrigações Taxa Fixa Gov



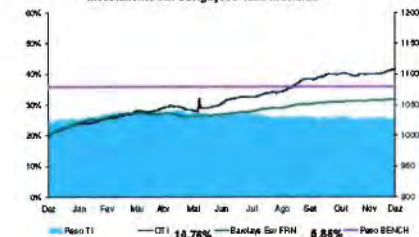
Investimento em Obrigações Taxa Fixa Corp



Investimento em Imobiliário



Investimento em Obrigações Taxa Indexada



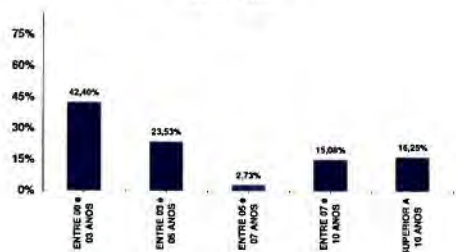
Direção Gestão de Risco

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA MUNDIAL CONFIANÇA

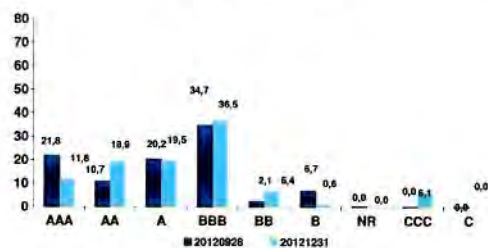
31-Dez-12



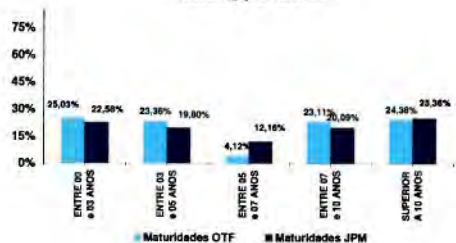
Investimento por Maturidades
Total Obrigações



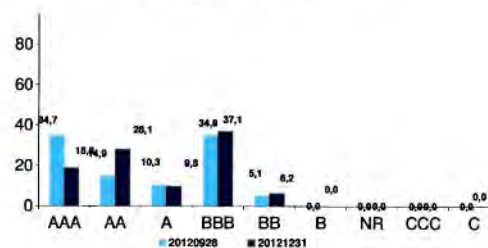
Evolução do Rating das Obrigações



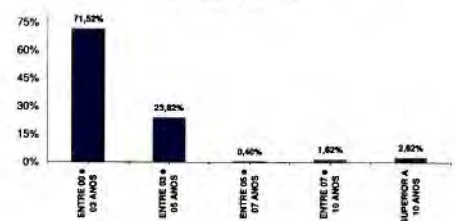
Investimento por Maturidades
Total Obrigações Taxa Fixa



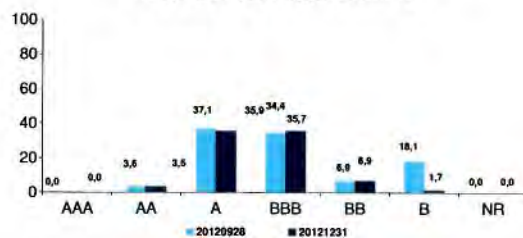
Evolução do Rating das Obrigações Taxa Fixa



Investimento por Maturidades
Obrigações Taxa Indexada



Evolução do Rating das Obrigações Taxa Indexada



Direcção Gestão de Risco

3.2. Política de Investimento

Introdução

O presente Anexo tem por objetivo estabelecer um conjunto de diretrizes e princípios orientadores, com base nos quais a Entidade Gestora deverá conduzir e controlar a gestão do Fundo de Pensões Pessoal da Mundial-Confiança (adiante apenas designado por Fundo).

Benchmarks e Limites Máximos de Investimento

São definidos, para cada classe de ativos, os seguintes *benchmarks* e limites máximos de investimento:

Classes de Ativos	Benchmark Central (%)	Intervalos Permitidos (%)
Obrigações		
Taxa Fixa (a)	50	0 – 70
Taxa Indexada Euro (b)	28	0 – 100
Ações (c)	10	0 – 30
Imobiliário		
Investimento Indireto (d)	10	0 – 40
Retorno Absoluto (e)	0	0 – 2
Liquidez (f)	2	0 – 10

Em que:

- (a) Inclui títulos representativos de dívida de taxa fixa emitidos por entidades públicas ou privadas e unidades de participação de fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações de taxa fixa;
- (b) Inclui títulos representativos de dívida de taxa variável emitidos por entidades públicas ou privadas e unidades de participação de fundos de investimento mobiliário cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por obrigações de taxa variável. O papel comercial é incluído nesta classe de ativos;
- (c) Inclui ações, *warrants*, certificados, instrumentos que confirmam o direito à subscrição de ações tais como obrigações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário constituídos maioritariamente por ações;
- (d) Inclui unidades de participação em fundos de investimento imobiliário, em fundos de fundos de investimento imobiliário ou em quaisquer outros organismos de investimento

coletivo que invistam maioritariamente, de forma direta ou indireta, em ativos imobiliários;

- (e) Inclui aplicações, cujo objetivo é obter rendimentos positivos, estáveis e independentes das direcções dos mercados financeiros. Utilizam para atingir estes objetivos diferentes estratégias de investimento (nomeadamente Fundos de *Hedge Funds*, Fundos de *Commodities*, Fundos de *Private Equity*, entre outros);
- (f) Inclui instrumentos do mercado monetário, nomeadamente vocacionados para a gestão de tesouraria, cujo prazo de vencimento residual é inferior a 12 meses. Ex: Depósitos à ordem, depósitos a prazo, certificados de depósito.

Restrições / Indicações

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor a cada momento, a gestão de cada carteira do Fundo deverá ainda ter em consideração os seguintes pontos:

I. Instrumentos Derivados:

O Fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco e para prossecução de outros objetivos de adequada gestão do seu património, nos termos e limites definidos na lei e nas normas regulamentares do ISP, bem como na presente política de investimentos.

As operações que envolvam instrumentos derivados poderão estar relacionadas com os seguintes riscos:

- Risco de taxa de juro – risco de variação da cotação das obrigações que compõem a carteira do Fundo, a qual depende da evolução das taxas de juro de curto e longo prazo. Assim, o Fundo está dependente das expectativas de crescimento económico, evolução das taxas de inflação e de condução da política monetária;
- Risco de crédito – risco de investir em obrigações com risco de crédito nomeadamente, risco de descida das cotações devido à degradação da qualidade de crédito do emitente dos ativos, risco associado à possibilidade de ocorrer incumprimento por parte dos emitentes dos ativos;
- Risco cambial – risco de investir em moeda estrangeira ou em ativos denominados em moeda estrangeira. A apreciação do euro face a essas moedas traduz-se numa perda de valor desses ativos;
- Risco de mercado – risco de variação da cotação das ações que compõem a carteira do Fundo, a qual depende do crescimento económico, da evolução dos mercados financeiros e da evolução das taxas de juro;
- Risco específico – risco de variação da cotação das ações que compõem a carteira do Fundo, a qual depende da evolução do negócio das empresas e do setor onde esta

está inserida. Esta evolução está associada à capacidade de gestão da empresa nas suas vertentes financeira, operacional e estratégica.

O Fundo poderá, designadamente, transacionar contratos de futuros e opções sobre índices ou sobre valores mobiliários individuais, poderá realizar operações de permuta de taxas de juro e de taxas de câmbio (*swaps*), celebrar acordos de taxas de juro, câmbios a prazo (*FRA's* e *forwards*) e utilizar "*credit default swaps*".

O Fundo utilizará instrumentos financeiros derivados que se encontrem admitidos à cotação em Bolsas de valores e mercados regulamentados, entendendo-se este conceito, ao longo da presente política de investimentos, nos exatos termos em que se encontra definido na legislação em vigor.

O Fundo poderá ainda utilizar instrumentos derivados transacionados fora de mercado regulamentado, desde que as operações sejam efetuadas com uma instituição financeira que, cumulativamente, esteja legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE e cujo *rating* seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

A exposição resultante de instrumentos derivados, considerada conjuntamente com a exposição resultante dos ativos em carteira, terá que respeitar os limites de exposição estabelecidos no Ponto 2. do presente Anexo. Para efeitos da determinação da exposição, serão equiparados a derivados os ativos financeiros com produtos derivados incorporados, bem como os produtos estruturados com características idênticas.

Adicionalmente, no caso dos produtos derivados serem utilizados no âmbito de uma gestão agregada dos riscos afetos aos ativos ou responsabilidades do Fundo, o acréscimo da perda potencial máxima resultante da sua utilização não poderá exceder, a todo o momento, 20% da perda potencial máxima a que, sem a utilização desses produtos, a carteira do Fundo estaria exposta.

Pela utilização de instrumentos e produtos derivados o Fundo incorre, nomeadamente, no risco de aumento ou diminuição da exposição a um determinado ativo.

II. Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Com o objetivo de incrementar a sua rentabilidade, o Fundo pode efetuar operações de reporte e de empréstimo, desde que estas sejam efetuadas com uma instituição financeira que, cumulativamente, esteja legalmente autorizada para o efeito num Estado membro do Espaço Económico Europeu ou noutro país da OCDE e cujo *rating* seja qualitativamente igual ou superior a "BBB"/"Baa2", conforme notações universalmente utilizadas, ou a outras classificações comprovadamente equivalentes.

As operações de reporte e de empréstimo serão realizadas em Bolsas de valores e mercados regulamentados.

As garantias associadas às operações de reporte e de empréstimo de valores efetuadas por conta do Fundo, devem revestir a forma de:

- (a) Numerário;
- (b) Valores mobiliários emitidos ou garantidos por Estados membros da União Europeia, admitidos à negociação num mercado regulamentado de um Estado membro da União Europeia;
- (c) Instrumentos do mercado monetário, emitidos em conjuntos homogêneos, nomeadamente bilhetes do tesouro.

As operações de reporte e empréstimo não poderão comprometer os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitam e o valor de mercado dos ativos cedidos no conjunto dessas operações não poderá exceder, em qualquer momento, 40% do valor do património do Fundo.

III. Investimento Obrigacionista

As obrigações adquiridas deverão ter um *rating* mínimo de *Investment Grade* ou equivalente.

IV. Valores Não Admitidos em Mercados Regulamentados

O limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em mercados regulamentados, é de 15% do valor global da carteira do Fundo.

V. Aplicações em Moeda Diferente do Euro

O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro, sem cobertura cambial, não pode representar mais que 30% do valor global da carteira do Fundo.

VI. Organismos de Investimento Coletivo Não Harmonizados

O Fundo de Pensões poderá investir em organismos de investimento coletivo não harmonizados dentro dos seguintes limites:

- (a) As aplicações em organismos de investimento coletivo em valores mobiliários de índices não harmonizados, que não façam uso do efeito de alavancagem, não poderão ultrapassar 30% do valor global do Fundo;
- (b) As aplicações em organismos de investimento coletivo não harmonizados que se enquadrem no âmbito da alínea e) do n.º 1 do artigo 19.º da Diretiva n.º 85/611/CEE, de 20 de Dezembro, alterada pela Diretiva n.º 2001/108/CE, de 21 de Janeiro de 2002, não poderá representar mais que 30% do valor global do Fundo;
- (c) As aplicações em outros organismos de investimento coletivo não harmonizados não poderão ultrapassar 10% do Fundo.

As estratégias de investimento prosseguidas por estes organismos enquadram-se nas categorias de *Trading* Direcional, Valor Relativo (Arbitragem), *Equity Long/Short*, e Crédito. Os tipos de ativos com os quais estas estratégias são implementadas incluem

ações, obrigações, moedas, taxas de juro e matérias-primas, bem como ativos derivados com subjacentes destes tipos. Estes organismos podem também ter uma filosofia de gestão multi-estratégia e investir em outros organismos de investimento coletivo não harmonizados. Sendo organismos de investimento coletivo não harmonizados, não estão sujeitos aos mesmos limites prudenciais a que estão sujeitos os organismos de investimento coletivo harmonizados e, nessa medida, poderão apresentar um nível de risco mais elevado.

VII. Diversificação e Dispersão do Investimento

O investimento do Fundo deverá respeitar os seguintes limites de diversificação e dispersão prudenciais:

- (a) O investimento numa mesma Sociedade não pode representar mais do que 10% do valor do património do Fundo, sendo o limite de 5% quando se tratar de investimento em Associados do Fundo ou em Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com esses Associados;
- (b) O investimento no conjunto das Sociedades que se encontrem entre si ou com a Entidade Gestora em relação de domínio ou de grupo não pode representar mais do que 20% do valor do património do Fundo, sendo o limite de 10% quando se tratar de investimentos efetuados no conjunto dos Associados do Fundo e das Sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com esses Associados;
- (c) O investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2% do valor do património do Fundo;
- (d) No caso de organismos de investimento coletivo não harmonizados que invistam noutros organismos de investimento coletivo não harmonizados, não é aplicável o limite estabelecido na alínea anterior, mas o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos não pode representar mais do que 2% do valor do património do Fundo;
- (e) Para efeitos das anteriores alíneas (a) a (d), excluem-se depósitos em instituições de crédito que sejam efetuados com vista à gestão de liquidez do Fundo.

VIII. Investimentos Vedados

Não poderão ser adquiridos nem entregues como contribuição para o Fundo títulos emitidos:

- (a) Pela Entidade Gestora;
- (b) Por Sociedades que sejam membros do órgão de administração da Entidade Gestora, ou que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, ou que possuam, direta ou indiretamente, mais do que 10% do capital social ou dos direitos de voto desta, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;

- (c) Por Associados do Fundo ou Sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com esses Associados, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- (d) Por Sociedades cujo capital social ou direitos de voto pertençam, direta ou indiretamente, em mais do que 10% a um ou mais administradores da Entidade Gestora, em nome próprio ou em representação de outrem, ou aos seus cônjuges e parentes ou afins no 1.º grau, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- (e) Por Sociedades de cujos órgãos de administração ou de fiscalização façam parte um ou mais administradores da Entidade Gestora, em nome próprio ou em representação de outrem, seus cônjuges e parentes ou afins no 1.º grau, salvo se os títulos se encontrarem admitidos à negociação num mercado regulamentado.

Medidas de Referência Relativas à Rendibilidade

I. Medidas de Referência

Deverão ser utilizados, como medidas de referência relativas à rendibilidade de cada classe de ativos da carteira do Fundo, os índices constantes na tabela abaixo:

Classes de Ativos	Sub-Classe de Ativos	Índice de Referência *	Ticker Bloomberg
Taxa Fixa	Dívida Pública Dívida Diversa	JP Morgan EMU GBI	JPMGEMLC Index
Taxa Indexada Euro		Euribor 3M + 12,5bp	EUR003M Index
Ações Europeias	Portugal	PSI 20 TR	PSI20TR Index
	Europa	Eurostoxx Large Total Return	LCXT Index
Ações Internacionais	E.U.A.	S&P 500 (Euros)	SPX Index
	Japão	Topix (Euros)	TPX Index
	Ásia-Pacífico (excepto Japão)	MSCI Pacific Free ex Japan	MSDUPFXJ Index
	Mercados Emergentes	MSCI EM Free	NDUEEGF Index

Imobiliário		Índice APFIPP	-
Retorno Absoluto		Euribor 6M + 200 bp	EUR006M Index
Liquidez		Euribor 3M	EUR003M Index

* Para efeitos de cálculo, todos os índices não-Euro são convertidos para Euro.

II. Cálculo da Rendibilidade da Carteira

Como base de cálculo da rendibilidade dos ativos financeiros deverá se utilizada a *Time Weighted Rate of Return*, cujo cálculo exato requer uma avaliação completa da carteira sempre que se dá um movimento de *cashflows*. A nível geral, a fórmula utilizada para o cálculo das rendibilidades diárias será a seguinte:

$$r_t = \frac{C_t}{C_{t-1} + I_t} - 1$$

Onde,

r_t é a rendibilidade diária do dia t;

C_t é o valor de mercado da carteira no final do dia t;

I_t é o valor dos *cashflows* líquidos ocorridos no dia t.

As rendibilidades diárias deverão ser compostas, por forma a obter as rendibilidades mensais, trimestrais e anuais:

$$\text{Rendibilidade Anual (\%)} = \left(\prod_{t=1}^{360} (1 + R_t) \right) - 1$$

Medição e Controlo de Risco

O risco dos investimentos é avaliado através da utilização de diversas medidas estatísticas e financeiras, baseadas em observações *a posteriori* da evolução da *performance* da carteira do Fundo e dos ativos que a compõem.

Esses indicadores são regularmente calculados e a gestão da carteira global do Fundo e da carteira de cada classe de ativos que o compõem poderá ser ajustada, sempre que tal seja considerado necessário face ao valor dos mesmos.

No âmbito do processo de medição e controlo de risco são, nomeadamente, utilizados os seguintes indicadores:

- (a) Desvio-padrão anualizado das rendibilidades diárias observadas, desde o início do ano civil em curso, calculado pela seguinte fórmula:

$$\sigma_T = \sqrt{\left(\frac{n \times \sum_{t=1}^T R_t^2 - \left(\sum_{t=1}^T R_t \right)^2}{n^2 \times (n-1)} \right)} \times \sqrt{365} \quad , \text{ com } T \geq t$$

Em que:

σ_T = desvio padrão anualizado das rendibilidades diárias, reportado ao dia T;

n = número de observações;

R_t = rendibilidade diária do dia t;

t = dia com registo de observação, pertencente ao período a que respeita o desvio padrão.

Este é um indicador de dispersão pelo que quanto maior for o valor encontrado maior o risco histórico dos investimentos. Pelo contrário, quanto mais perto de zero estiver o valor do desvio padrão, mais estáveis são as rendibilidades obtidas e, portanto, menor o risco;

- (b) *Tracking Error*, que consiste no desvio padrão anualizado das observações diárias, ao longo do último ano, da diferença entre a rendibilidade diária da carteira de investimentos e a rendibilidade diária do *benchmark* definido para essa mesma carteira., sendo dado pela seguinte fórmula:

$$TE_T = \sqrt{\left(\frac{n \times \sum_{t=1}^T (R_t - B_t)^2 - \left(\sum_{t=1}^T (R_t - B_t) \right)^2}{n^2 \times (n-1)} \right)} \times \sqrt{365} \quad , \text{ com } T \geq t$$

TE_T = *Tracking Error*, medido com reporte ao dia T;

n = número de observações;

R_t = rendibilidade diária do dia t;

B_t = rendibilidade diária, do dia t, do *benchmark*;

t = dia com registo de observação, pertencente ao período a que respeita o *Tracking Error*.

O *Tracking Error* pretende medir o grau de fiabilidade com que a carteira de investimentos replica o *benchmark* ou a consistência com que a *performance* da carteira supera ou fica abaixo da *performance* do *benchmark*. Assim, um valor próximo de zero indica que existe uma elevada consistência na diferença de rendibilidades, seja essa diferença positiva, negativa ou nula. Um elevado valor do

Tracking Error sugere uma política de gestão ativa que não procura replicar fielmente o *benchmark* originando, assim diferenças de rendibilidade, ora positivas, ora negativas;

- (c) *Information Ratio*, que consiste num quociente, sendo o numerador composto pela diferença entre as rendibilidades anuais da carteira de investimentos e do *benchmark*; e o denominador pelo *Tracking Error*, conforme decorre da fórmula abaixo:

$$I_T = \frac{R_T - B_T}{TE_T}$$

I_T = *Information Ratio*, apurado com reporte ao dia T;

R_T = rendibilidade anual da carteira, medida com reporte ao dia T;

B_T = rendibilidade anual do *benchmark*, medida com reporte ao dia T;

TE_T = *Tracking Error*, apurado com reporte ao dia T.

O *Information Ratio* indica o excesso de rendibilidade obtida em relação ao *benchmark*, por unidade de risco adicional suportada em relação a esse mesmo *benchmark*. Quanto maior o valor mais eficiente é a gestão da carteira na medida em que se pretende maximizar o excesso de rendibilidade face ao *benchmark*, minimizando o acréscimo de risco suportado;

- (d) Risco de Perdas, que consiste numa medida semelhante ao *Tracking Error*, diferindo apenas por nela se considerar as diferenças negativas existentes entre a rendibilidade da carteira e a rendibilidade do *benchmark*, sendo dado por:

$$RP_T = \sqrt{\left(\frac{n \times \sum_{t=1}^T (d_t)^2 - \left(\sum_{t=1}^T (d_t) \right)^2}{n^2 \times (n-1)} \right)} \times \sqrt{365} \quad , \text{ com } T \geq t$$

RP_T = risco de perda, apurado com reporte ao dia T;

$d_t = \text{Min}(0, R_t - B_t)$;

n = número de observações;

R_t = rendibilidade diária da carteira, relativa ao dia t;

B_t = rendibilidade diária do *benchmark*, relativa ao dia t;

t = dia com registo de observação, pertencente ao período a que respeita o risco de perdas.

Intervenção e Exercício de Direitos de Voto

A política de intervenção e exercício de direitos de voto nas sociedades emitentes será decidida pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora, tendo sempre subjacente o melhor interesse do Fundo, ouvidas a Comissão de Investimentos e o Associado, e deverá ter a aprovação deste.

Definição da Política de Investimentos

A decisão do teor da Política de Investimentos e de eventuais alterações à mesma compete ao Conselho de Administração do Associado, mediante aprovação de proposta da Entidade Gestora, tendo sempre subjacente o melhor interesse para o Fundo e a defesa dos interesses dos Participantes e Beneficiários.



O Conselho de Administração



4. RELATÓRIO DO AUDITOR E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**FUNDO DE PENSÕES DO
PESSOAL DA MUNDIAL -
CONFIANÇA**

**Demonstrações Financeiras em 31 de
Dezembro de 2012 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança (adiante igualmente designado por “Fundo”), as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total do activo de 26.561.464 Euros e valor do Fundo de 26.548.460 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.734.660 Euros, as Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade Gestora) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões (Nota 2).

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2012.

Lisboa, 7 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA MUNDIAL-CONFIANÇA

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2012	2011
Investimentos:			
Instrumentos de capital e unidades de participação	4	6.690.869	5.417.554
Títulos de dívida pública e de outros emissores públicos	4	7.529.552	7.182.404
Outros títulos de dívida	4	7.666.060	6.523.197
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	4	4.460.749	3.492.115
		<u>26.347.230</u>	<u>22.615.270</u>
Outros activos:			
Devedores:			
Outras entidades	5	4.149	8.408
Acréscimos e diferimentos	4	210.085	204.754
Total do Activo		<u>26.561.464</u>	<u>22.828.432</u>
PASSIVO E VALOR DO FUNDO	Notas	2012	2011
Credores:			
Outras entidades		-	3.900
Acréscimos e diferimentos	6	13.004	10.731
Total do Passivo		<u>13.004</u>	<u>14.631</u>
Valor do Fundo	3	26.548.460	22.813.801
Total do Passivo e do Valor do Fundo		<u>26.561.464</u>	<u>22.828.432</u>

Os Anexos fazem parte integrante destas Demonstrações.





FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA MUNDIAL-CONFIANÇA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2012	2011
Contribuições	3	3.650.000	2.160.000
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	8	(2.497.511)	(2.565.634)
Ganhos líquidos dos investimentos	7	2.065.244	(909.829)
Rendimentos líquidos dos investimentos	9	550.343	595.193
Outros rendimentos e ganhos	10	33.774	18.162
Outras despesas	11	(67.190)	(57.159)
Resultado líquido		<u>3.734.660</u>	<u>(759.267)</u>

Os Anexos fazem parte integrante destas Demonstrações.



FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA MUNDIAL-CONFIANÇA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	2012	2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Contribuições do Associado	3.650.000	2.160.000
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Pensões pagas	(2.489.573)	(2.565.634)
Prémios de seguro de risco de invalidez ou morte	(7.938)	-
Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo Fundo	17.201	-
Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do Fundo	7.481	31.683
Remunerações		
Remunerações de gestão	(33.787)	(33.017)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	(4.920)	(5.225)
Outras receitas / (despesas)	125.110	(164.987)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	1.263.574	(577.180)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos		
Alienação/reembolso dos investimentos	31.727.256	44.481.103
Rendimentos dos investimentos	843.655	1.166.675
Pagamentos		
Aquisição de investimentos	(35.689.646)	(42.376.104)
Comissões de transacção e mediação	(3.123)	(6.650)
Outros gastos com investimentos	(312.307)	(562.546)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(3.434.165)	2.702.478
Variação de caixa e seus equivalentes	(2.170.591)	2.125.298
Efeitos de alterações na taxa de câmbio	45	85
Caixa no início do exercício	2.381.295	255.912
Caixa no fim do exercício	210.749	2.381.295

Os Anexos fazem parte integrante destas Demonstrações.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança (adiante igualmente designado por "Fundo") foi constituído em 31 de Dezembro de 1997. Em 10 de Setembro de 2002, a Companhia de Seguros Mundial - Confiança, S.A. fundiu-se com a Companhia de Seguros Fidelidade, S.A. formando a Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. ("Fidelidade - Mundial"). Em 2012 ocorreu a fusão da Fidelidade - Mundial e da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., dando origem à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.. Consequentemente, esta Companhia passou a ser o único Associado do Fundo.

O Fundo esteve sob gestão da Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A. até 31 de Dezembro de 2007. A partir de 1 de Janeiro de 2008, a CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade Gestora) passou a assegurar a gestão financeira, técnico-actuarial e administrativa do Fundo, sendo as funções de banco depositário exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

São Participantes do Fundo os trabalhadores oriundos da ex-Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S.A. que, nos termos previstos no Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) celebrado entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e os sindicatos do sector segurador, adquiram o direito a pensão de pré-reforma, reforma por velhice ou invalidez e que tenham vínculo laboral com o Associado anterior a 22 de Junho de 1995, ou que tenham sido admitidos pelo Associado após essa data e que hajam transitado do sector segurador com vínculo a este sector anterior a essa data, ou ainda, que tenham sido admitidos pelo Associado após essa data e aos quais haja sido contratualmente atribuído direito a pensão de reforma. São também Participantes do Fundo os ex-trabalhadores do Associado que cessando a sua prestação de serviço no Associado, a tenham retomado numa outra entidade abrangida pelo mesmo CCT, de acordo com a Cláusula 55ª do já referido contrato colectivo de trabalho. São Beneficiários do Fundo as pessoas que adquiram o direito à prestação pecuniária estabelecida no plano de pensões, bem como as que se encontrem na situação de pré-reformados ou reformados e tenham direito a uma pensão ao abrigo do Plano de Pensões.

O Fundo tem como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e pré-reforma, de acordo com o plano de pensões definido.

No âmbito do novo contrato colectivo de trabalho para a actividade seguradora assinado em 23 de Dezembro de 2011, o actual Plano de Pensões será substituído, no que se refere aos trabalhadores no activo, com referência a 1 de Janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante no novo fundo a constituir em 2013 (plano individual de reforma). Esta alteração não é aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2011 se encontrem reformados ou pré-reformados, ou aos activos que não aderiram ao novo CCT.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal na Norma Regulamentar nº 7/2010 - R, de 4 de Junho.

Os principais critérios valorimétricos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, com excepção das contribuições do Associado, as quais são reconhecidas como proveitos quando recebidas.

b) Carteira de títulos

Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado e com transacções efectuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da *Bloomberg*;
- ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transacções;
- iii) Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transacções nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Sociedade Gestora utiliza o "*bid*" do contribuidor "CBBT" divulgado pela *Bloomberg*. Na impossibilidade da sua obtenção, é utilizada a média dos preços de compra veiculados pela *Bloomberg* para uma *pool* de contribuidores pré-definida pela Sociedade Gestora;
- iv) Quando não existem preços de referência disponíveis como resultado da aplicação da metodologia referida na alínea anterior, a Sociedade Gestora recorre a outros contribuidores externos, privilegiando os que estejam relacionados com a emissão do produto, ou seja, aquele contribuidor que tenha sido líder da emissão no mercado primário ou tenha participado na colocação da emissão. Caso não esteja disponível nenhum contribuidor com estas características, é usado o preço fornecido pela entidade estruturadora do produto;
- v) Caso não seja possível aplicar o mencionado acima, a Sociedade Gestora recorre a modelos de avaliação, elaborados por uma entidade independente e especializada (*InterMoney Valores S.V. S.A. Sucursal em Portugal*). Os principais pressupostos utilizados em tais modelos de avaliação contemplam, entre outros: (i) o *spread* de crédito do emitente ou dos activos subjacentes ao título, tendo em consideração a probabilidade de incumprimento dos mesmos; (ii) a taxa de recuperação, em caso de incumprimento, do emitente ou da carteira de activos subjacente a tais títulos; (iii) o volume e datas estimadas de reembolsos antecipados; e (iv) no caso de produtos estruturados, a correlação entre os vários activos subjacentes aos títulos. Para efeitos de valorização das variáveis acima referidas, são utilizados, essencialmente, instrumentos financeiros semelhantes para se apurar o *spread* de crédito do emitente (nomeadamente *Credit Default Swaps*) e as taxas de recuperação e de correlação históricas para produtos similares;
- vi) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários dessa espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo-se um desconto que reflecta as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões; e
- vii) As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Os depósitos bancários são avaliados ao seu valor nominal, procedendo-se ao reconhecimento diário do juro.

As mais e menos - valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são reflectidas na demonstração de resultados na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" (Nota 7), correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição corrigido pelas mais e menos - valias potenciais geradas após a sua aquisição.

As mais e menos - valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício, sendo igualmente relevadas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" da demonstração de resultados (Nota 7).

c) Comissão de gestão

Esta comissão corresponde à remuneração da Sociedade Gestora pela sua actividade de gestão do património do Fundo. Nos termos do Contrato de Gestão do Fundo, esta comissão é calculada da seguinte forma:

- Gestão técnica e administrativa

Comissão correspondente ao dobro da taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal sobre cada contribuição efectuada para o Fundo, excluindo a contribuição inicial. A taxa a aplicar é a que se encontrar em vigor à data da realização da contribuição que, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, correspondia a 0,048%. Consequentemente, a taxa aplicável ascendeu a 0,096%.

- Gestão financeira

Comissão anual de 0,15%, cobrada trimestral e postecipadamente sobre o valor de mercado da carteira do Fundo, com excepção das unidades de participação de fundos de investimento geridos por empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Para este efeito, o valor de mercado da carteira é equiparado ao valor do Fundo no final de cada trimestre.

As comissões de gestão são registadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados (Nota 11).

d) Comissão de depósito

Esta comissão corresponde à remuneração da CGD pelo exercício das funções de depositário dos títulos de crédito e de outros documentos representativos dos valores que integram a carteira do Fundo. A comissão é calculada através da aplicação de uma taxa anual de 0,025% sobre o valor de mercado dos activos mobiliários da carteira do Fundo, com excepção das unidades de participação de fundos de investimento geridos por empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, sendo paga trimestral e postecipadamente.

Esta comissão é registada na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados (Nota 11).

e) Contribuições

As contribuições efectuadas pelo Associado a favor do Fundo são registadas como proveitos quando recebidas, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

f) Conversão de saldos em divisas

Os activos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio em vigor à data do balanço. As diferenças originadas pela actualização cambial são reflectidas na demonstração de resultados, nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" e "Outras despesas" no caso de ganhos cambiais ou de perdas cambiais, respectivamente (Notas 10 e 11).

g) Impostos

De acordo com o disposto nos artigos 16º e 49º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, bem como de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e de Imposto Municipal sobre Imóveis. A isenção de IRC não abrange os dividendos de acções Portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro relativamente aos rendimentos aí obtidos.

A retenção na fonte de títulos estrangeiros é registada na rubrica de "Impostos" da demonstração de resultados (Nota 11).

As taxas sobre as contribuições a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal são suportadas pela Sociedade Gestora.

h) Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros realizados em mercados organizados são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de "Ganhos líquidos dos investimentos" (Nota 7) por contrapartida de "Depósitos em instituições de crédito - Ajustes - produtos derivados" (Nota 4).

Em 31 de Dezembro de 2012, o Fundo não detinha posições em aberto em contratos de futuros.

i) Indemnizações

As indemnizações pagas pela companhia de seguros no âmbito da apólice de seguro contratada são registadas como proveitos quando recebidas na rubrica "Outros rendimentos e ganhos – Indemnizações recebidas" da demonstração de resultados, concorrendo para a formação do resultado do exercício (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2012, não existiam montantes reclamados a título de indemnização pendentes de recebimento.

A

9

3. VALOR DO FUNDO

O Fundo de Pensões do Pessoal da Mundial - Confiança foi constituído em 31 de Dezembro de 1997, através da entrega em numerário de 16.608.149 Euros, o qual foi reflectido na rubrica "Contribuição inicial" nessa data.

Os movimentos ocorridos no valor do Fundo durante os exercícios de 2011 e 2012, podem ser detalhados da seguinte forma:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	23.573.068
<u>Resultado líquido:</u>	
Contribuições	2.160.000
Menos-valias potenciais, líquidas de mais-valias (Nota 7)	(550.909)
Menos-valias realizadas, líquidas de mais-valias (Nota 7)	(318.194)
Perdas resultantes de operações com derivados (Nota 7)	(40.726)
Pensões (Nota 8)	(2.565.634)
Rendimentos líquidos dos investimentos (Nota 9)	595.193
Outros rendimentos e ganhos (Nota 10)	18.162
Comissões (Nota 11)	(45.298)
Impostos (Nota 11)	(618)
Outras despesas (Nota 11)	(11.243)
	(759.267)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	22.813.801
<u>Resultado líquido:</u>	
Contribuições	3.650.000
Mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias (Nota 7)	1.577.845
Mais-valias realizadas, líquidas de menos-valias (Nota 7)	495.357
Perdas resultantes de operações com derivados (Nota 7)	(7.958)
Pensões (Nota 8)	(2.489.573)
Prémios de seguro (Nota 8)	(7.938)
Rendimentos líquidos dos investimentos (Nota 9)	550.343
Outros rendimentos e ganhos (Nota 10)	33.774
Comissões (Nota 11)	(44.057)
Impostos (Nota 11)	(10.732)
Outras despesas (Nota 11)	(12.401)
	3.734.660
Outros	(1)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	26.548.460

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)4. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a carteira de títulos do Fundo tem a seguinte composição:

	2012			2011	
	Valor inicial	Mais/ /(menos) - -valias (Nota 7)	Valor de balanço	Juros corridos	Valor de balanço
Instrumentos de capital e unidades de participação					
Acções					
Euros	984.983	144.127	1.129.110	-	1.197.335
Outras divisas	120.168	10.885	131.053	-	98.231
	<u>1.105.151</u>	<u>155.012</u>	<u>1.260.163</u>	<u>-</u>	<u>1.295.566</u>
 Unidades de participação em Fundos de investimento					
Mobiliários	4.445.869	444.368	4.890.237	-	3.572.368
Imobiliários	549.619	(9.150)	540.469	-	549.620
	<u>4.995.488</u>	<u>435.218</u>	<u>5.430.706</u>	<u>-</u>	<u>4.121.988</u>
	<u>6.100.639</u>	<u>590.230</u>	<u>6.690.869</u>	<u>-</u>	<u>5.417.554</u>
	=====	=====	=====	=====	=====
Títulos de dívida pública					
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	-	191.173
Obrigações de dívida pública					
Taxa fixa	7.023.769	505.783	7.529.552	168.897	6.991.231
	<u>7.023.769</u>	<u>505.783</u>	<u>7.529.552</u>	<u>168.897</u>	<u>7.182.404</u>
	=====	=====	=====	=====	=====
Outros títulos de dívida					
Obrigações diversas					
Taxa variável	5.399.201	356.864	5.756.065	5.806	4.989.657
Taxa fixa	1.785.027	124.968	1.909.995	30.262	1.533.540
	<u>7.184.228</u>	<u>481.832</u>	<u>7.666.060</u>	<u>36.068</u>	<u>6.523.197</u>
	=====	=====	=====	=====	=====

O valor inicial dos títulos corresponde ao seu custo de aquisição, no caso de terem sido comprados ao longo do ano de 2012, ou ao seu valor de balanço em 31 de Dezembro de 2011, no que se refere aos títulos adquiridos em exercícios anteriores.

O detalhe da carteira de títulos do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 é apresentado no Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos de dívida venciam juros às seguintes taxas médias anuais, calculadas com base no respectivo valor nominal:

	2012	2011
Bilhetes do Tesouro	-	4,08%
Obrigações de dívida pública	4,03%	3,90%
Obrigações diversas	1,70%	2,71%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao justo valor pode ser resumida como segue:

	2012			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
	Cotações de mercado	Inputs observáveis no mercado	Outras técnicas de valorização	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação	6.690.869	-	-	6.690.869
Títulos de dívida pública e de outros emissores públicos	7.529.552	-	-	7.529.552
Outros títulos de dívida	5.807.837	814.806	1.043.417	7.666.060
	20.028.258	814.806	1.043.417	21.886.481

	2011			
	Técnicas de valorização			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
	Cotações de mercado	Inputs observáveis no mercado	Outras técnicas de valorização	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.417.554	-	-	5.417.554
Títulos de dívida pública e de outros emissores públicos	7.182.404	-	-	7.182.404
Outros títulos de dívida	5.015.816	443.126	1.064.255	6.523.197
	17.615.774	443.126	1.064.255	19.123.155

Na preparação dos quadros acima foram utilizados os seguintes critérios:

- **Nível 1 - Cotações de mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos e transacções, incluindo o contribuidor "CBBT" da *Bloomberg*;
- **Nível 2 - Técnicas de valorização – inputs observáveis no mercado** – nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em "bids" indicativos fornecidos por contrapartes externas disponíveis na *Bloomberg*;
- **Nível 3 - Outras técnicas de valorização** – esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos de avaliação elaborados pela *InterMoney Valores S.V. S.A.* Sucursal em Portugal, ou preços fornecidos por entidades estruturadoras dos produtos.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Outros títulos de dívida – Nível 3 – Outras técnicas de valorização" inclui 1.050.000 e 350.000 obrigações subordinadas da CGD denominadas "CGD S.758 12/2017" e "CGD S.757 12/2017" nos montantes de 703.346 Euros e 234.449 Euros, respectivamente, as quais se encontravam valorizadas com base em modelos de avaliação elaborados pela *InterMoney Valores S.V. S.A.*. Estas obrigações representavam 2,65% e 0,88% do valor do Fundo nesta data, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI apresenta o seguinte detalhe:

	2012		2011	
	Valor Nominal	Juro decorrido	Valor Nominal	Juro decorrido
Depósitos à ordem em Euros	209.852	52	2.378.640	574
Depósitos à ordem em moeda estrangeira	897	-	2.655	1
Total de depósitos à ordem	210.749	52	2.381.295	575
Ajustes – produtos derivados em Euros	-	-	74.985	-
Ajustes – produtos derivados em moeda estrangeira	-	-	60.835	-
Total de ajustes – produtos derivados	-	-	135.820	-
Depósitos a prazo em Euros	4.250.000	5.068	975.000	2.579
Depósitos em instituições de crédito	4.460.749	5.120	3.492.115	3.154
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos à ordem em Euros encontravam-se domiciliados na CGD e eram remunerados à taxa Euribor a 1 mês deduzida de 0,2%.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo encontravam-se domiciliados na CGD e venciam juros às taxas médias anuais de 0,66% e 3,43%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012, a liquidez do Fundo ascendia a 4.841.624 Euros (18,24% do valor do Fundo), 8,24% acima do limite máximo definido na política de investimento do Fundo. Esta situação resultou da constituição extraordinária realizada pelo Associado no final do ano, tendo sido regularizada no início de 2013.

5. DEVEDORES – OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica "Devedores – Outras entidades" inclui 4.105 Euros e 7.481 Euros, respectivamente, correspondentes ao montante a receber pelo Fundo, relativo à participação nos resultados da apólice de seguro contratada para cobertura do risco de invalidez dos exercícios de 2012 e 2011, respectivamente.

6. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Comissões a pagar:		
· Comissão de gestão financeira	8.122	7.470
· Comissão de gestão técnica e administrativa	3.504	2.074
· Comissão de depósito	1.291	1.187
· Outros	87	-
	13.004	10.731
	=====	=====

7. GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Estas rubricas têm a seguinte composição por categoria de títulos:

Designação	2012						
	Mais-valias potenciais	Menos-valias potenciais	Valias potenciais líquidas	Mais-valias realizadas	Menos-valias realizadas	Valias realizadas líquidas	Ganhos líquidos
Acções	159.282	(14.270)	155.012	76.847	(47.901)	28.946	183.958
Unidades de participação em fundos de investimento	444.367	(9.149)	435.218	166.028	-	166.028	601.246
Bilhetes do Tesouro	-	-	-	630	-	630	630
Obrigações de dívida pública	506.267	(484)	505.783	226.918	(124.177)	102.741	608.524
Obrigações diversas	483.623	(1.791)	481.832	199.275	(2.263)	197.012	678.844
	1.603.539	(25.694)	1.577.845	669.698	(174.341)	495.357	2.073.202
Derivados	-	-	-	61.251	(69.209)	(7.958)	(7.958)
	1.603.539	(25.694)	1.577.845	730.949	(243.550)	487.399	2.065.244

Designação	2011						
	Mais-valias potenciais	Menos-valias potenciais	Valias potenciais líquidas	Mais-valias realizadas	Menos-valias realizadas	Valias realizadas líquidas	Ganhos líquidos
Acções	36.106	(170.042)	(133.936)	51.297	(157.902)	(106.605)	(240.541)
Unidades de participação em fundos de investimento	79.097	(32.906)	46.191	99.522	(217.402)	(117.880)	(71.689)
Bilhetes do Tesouro	200	-	200	3.188	-	3.188	3.388
Obrigações de dívida pública	123.237	(136.782)	(13.545)	137.349	(327.862)	(190.513)	(204.058)
Obrigações de outros emissores públicos	-	-	-	90	-	90	90
Obrigações diversas	45.324	(495.143)	(449.819)	110.806	(17.280)	93.526	(356.293)
	283.964	(834.873)	(550.909)	402.252	(720.446)	(318.194)	(869.103)
Derivados	-	-	-	289.555	(330.281)	(40.726)	(40.726)
	283.964	(834.873)	(550.909)	691.807	(1.050.727)	(358.920)	(909.829)

8. PENSÕES, CAPITALIS E PRÉMIOS ÚNICOS VENCIDOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Pensões processadas:		
· Por velhice	2.280.947	2.325.401
· Por invalidez	208.626	240.233
	2.489.573	2.565.634
Prémios de seguro	7.938	-
	2.497.511	2.565.634
	=====	=====

A rubrica "Prémios de seguro" refere-se ao montante pago em 2012 à Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. para subscrição da apólice de seguro relativa ao exercício de 2012 para cobertura do pagamento das pensões de invalidez. Esta apólice confere direito a uma participação nos resultados correspondente a 70% do saldo positivo da conta técnica anual de resultados, distribuída em numerário (Nota 10).

9. RENDIMENTOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição por natureza de rendimento:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de obrigações	455.640	515.090
Dividendos de acções	52.683	46.167
Juros de depósitos em instituições de crédito	21.965	7.693
Rendimentos de fundos de investimento	20.055	26.243
	<u>550.343</u>	<u>595.193</u>
	=====	=====

10. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Indemnizações recebidas	17.201	-
Ganhos cambiais	12.468	18.162
Participação nos resultados	4.105	-
	<u>33.774</u>	<u>18.162</u>
	=====	=====

O saldo da rubrica "Indemnizações recebidas" refere-se ao montante recebido da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. no âmbito da apólice de seguro contratada (Nota 8) como resultado da invalidez de um beneficiário.

11. OUTRAS DESPESAS

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Comissão de gestão financeira	32.366	31.279
Comissão de depósito	5.023	5.041
Comissão de gestão técnica e administrativa	3.504	2.074
Comissão de mediação	3.164	6.904
	<u>44.057</u>	<u>45.298</u>
	=====	=====
Impostos	10.732	618
Perdas cambiais	12.400	11.226
Juros devedores	1	17
	<u>67.190</u>	<u>57.159</u>
	=====	=====

A comissão de mediação refere-se a despesas incorridas com as transacções de títulos, nomeadamente, taxas de bolsa e comissões de corretagem.

12. OPERAÇÕES COM DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2012, o Fundo não detinha posições em aberto em contratos de futuros.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Fundo detinha em aberto contratos de futuros de cotações com o seguinte detalhe:

<u>Tipo de Contrato</u>	<u>N.º de posições em aberto</u>	<u>Compra/ (Venda)</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor nocional</u>	<u>Exposição</u>
VGH2-EUR EUX03/2012	13	Venda	2.308,00	10 (*)	(300.040)
ESH2 S&P500 MAR2012	7	Compra	970,90	50 (**)	339.815
					<u>39.775</u>
					=====

(*) O valor nocional corresponde a um *contract size* de 10 Euros com um *tick size* de 1.

(**) O valor nocional corresponde a um *contract size* de 50 Dólares Norte Americanos com um *tick size* de 0,25.

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor de balanço da conta margem decompunha-se como segue (Nota 4):

Conta margem inicial	43.935
Conta margem de variação	91.885
	<u>135.820</u>
	=====

Nos exercícios de 2012 e 2011, o Fundo registou perdas líquidas em operações com contratos de futuros de 7.958 Euros e 40.726 Euros, respectivamente (Nota 7).

4A

11

13. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Norma 8/2009-R de 4 de Junho do ISP vem regulamentar os "Mecanismos de Governação no âmbito dos fundos de pensões no que respeita à gestão de riscos e controlo interno". Assim, a CGD Pensões, no âmbito da sua função de gestão concluiu, no último trimestre de 2012, o trabalho conjunto com a Direcção de Gestão de Risco (DGR), conducente à assunção, por parte desta Direcção da CGD, do controlo, avaliação e monitorização das medidas definidas pela medição dos seguintes riscos:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de concentração;
- Risco de liquidez:
 - Nos fundos de pensões fechados são tidas em linha de conta as necessidades de se assegurarem os *cash-flows* dos passivos bem como as pensões que já se encontram em pagamento;
 - Nos fundos de pensões abertos é tida em linha de conta a estrutura etária dos Participantes, o histórico de transferências entre fundos ou para outros fundos e o histórico de reembolsos.

Encontra-se em fase de elaboração o contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre Sociedade Gestora e a CGD, no que respeita a esta matéria.

O risco operacional é tratado e monitorizado no âmbito do processo ROCI da CGD, transversal a todo o Grupo e o risco de investimento é controlado através do cálculo periódico da margem da solvência da CGD Pensões.

O Plano de Continuidade de Negócio (PCN) é assegurado transversalmente a todo o Grupo pela CGD encontrando-se implementado e com testes regulares levados a cabo ao longo do ano.

A auditoria interna foi subcontratada à CGD, mediante celebração de contrato específico sendo assegurada pela respectiva Direcção da CGD.

Quanto aos riscos específicos do plano de pensões, bem como o risco de mercado, nos casos dos planos de pensões de benefício definido, são calculados e monitorizados pelo respectivo actuário responsável.

As regras de gestão de acordo com a política de investimento sujeitam a carteira a restrições em termos da sua composição, quanto aos activos e aos níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para exposição de crédito (concentração por nome, sector, *rating* e país), como de mercado (nível máximo de risco total, por factor de risco e por prazo), como de liquidez (número de cotações mínimas exigido, limite da percentagem máxima autorizada em carteira de cada emissão, composição da carteira de acções em função da sua inclusão em índices autorizados). São produzidas análises mensais e de controlo para monitorização destes limites.

Apresenta-se de seguida um conjunto de informação quantitativa relativa aos principais riscos a que o Fundo se encontra sujeito.

A

a

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)Risco de crédito**Exposição máxima a risco de crédito**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição do Fundo a risco de crédito de títulos de dívida apresenta a seguinte decomposição (inclui juros corridos):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Dívida pública	7.698.449	7.334.193
Dívida privada	7.702.128	6.573.008
	<u>15.400.577</u>	<u>13.907.201</u>
	=====	=====

Qualidade de crédito dos depósitos em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os depósitos a prazo e à ordem encontravam-se integralmente domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 4), cujo *rating* a longo prazo pela *Standard & Poor's* nessas datas era de "BB -" com *outlook* negativo e "BB +" com *outlook* negativo, respectivamente.

Qualidade de crédito de títulos de dívida

O quadro seguinte apresenta a desagregação dos títulos de dívida em carteira em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, de acordo com a designação da *Standard & Poor's*, mas considerando a mais baixa notação de *rating* atribuída pelas três principais agências de *rating* internacionais:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
"AA -" a "AAA"	4.729.692	4.659.958
"A -" a "A +"	3.010.673	5.590.922
"BBB -" a "BBB +"	5.628.740	1.412.885
"BB -" a "BB +"	992.705	1.413.665
"B -" a "B +"	100.080	603.661
"CCC-" a "CCC+"	938.687	-
Sem <i>Rating</i>	-	226.110
	<u>15.400.577</u>	<u>13.907.201</u>
	=====	=====

De acordo com a política de investimento do Fundo, as obrigações adquiridas deverão ter um *rating* mínimo de *Investment Grade* ou equivalente. Não obstante, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o investimento do Fundo em obrigações com *rating* inferior a esta classificação de acordo com o critério acima definido ascendia a 2.031.472 Euros e 2.017.326 Euros, respectivamente (7,65% e 8,84% do valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente). Esta situação resultou do *downgrade* dos títulos após a data da sua aquisição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)**Grau de concentração**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o grau de concentração por sector, país e entidade em função do valor líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

2012					
Sector	%	País	%	Entidade	%
Dívida pública	28,4%	Unidades de participação	20,5%	Caixa Geral de Depósitos (*)	26,0%
Bancário	20,9%	Portugal	24,1%	Dívida Pública Italiana	7,8%
Fundos mobiliários	18,4%	França	10,7%	Dívida Pública Francesa	6,0%
Depósitos em instituições de crédito	16,8%	Itália	10,6%	Dívida Pública Espanhola	5,0%
Financeiro diversificado	2,7%	Espanha	6,7%	Dívida Pública Alemã	3,2%
Outros sectores	12,8%	Outros países	27,4%	Outras entidades	52,0%
	100,0%		100,0%		100,0%
2011					
Sector	%	País	%	Entidade	%
Dívida Pública	32,1%	Portugal	25,0%	Caixa Geral de Depósitos (*)	25,1%
Bancário	22,9%	Unidades de participação	18,1%	Dívida Pública Italiana	9,9%
Depósitos em instituições de crédito	15,3%	Itália	13,0%	Dívida Pública Alemã	7,4%
Fundos mobiliários	15,7%	França	10,5%	Dívida Pública Francesa	5,3%
Fundos imobiliários	2,4%	Alemanha	9,5%	Dívida Pública Espanhola	2,7%
Outros sectores	11,6%	Outros países	23,9%	Outras entidades	49,6%
	100,0%		100,0%		100,0%

(*) Inclui fundos de investimento geridos pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Risco de mercado

As carteiras dos fundos de pensões estão sujeitas ao risco de mercado que resulta de alterações nos preços dos activos e instrumentos financeiros derivados. Como forma de quantificar esse risco a CGD Pensões calcula o *VaR* das carteiras. Assim, na estimativa da perda potencial máxima a que o património do Fundo de Pensões está sujeito, a Sociedade Gestora tem em conta (i) a exposição de cada activo e cada instrumento financeiro derivado medida de acordo com a sua natureza, (ii) alterações da volatilidade dos mercados, considerando observações representativas de 1 ano; (iii) detenção da carteira do fundo de pensões por um período de 30 dias e (iv) um intervalo de confiança a 95%.

A Sociedade Gestora quantifica ainda o acréscimo da perda potencial máxima decorrente da utilização de instrumentos financeiros derivados com vista a monitorizar o limite imposto no n.º 1 do artigo 9.º da Norma Regulamentar do ISP n.º 9/2007-R, de 28 de Junho, do ISP.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o *VaR* da carteira de títulos sem derivados ascende a 175.806 Euros (0,66% do valor do Fundo) e 199.966 Euros (0,88% do valor do Fundo), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2011, o *VaR* da carteira de títulos com derivados ascende a 197.954 Euros (0,87% do valor do Fundo).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em Euros)Risco cambial**Decomposição de instrumentos financeiros por moeda**

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2012						
	Euros	Dolares Americanos	Libras Esterlinas	Franco Suíço	Coroa Dinamarquesa	Coroa Sueca	Coroa Norueguesa
Activo							
Instrumentos de capital e unidades de participação	6.559.816	-	65.858	33.110	11.547	-	20.538
Títulos de dívida pública	7.529.552	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de dívida	7.666.060	-	-	-	-	-	-
Depósitos em instituições de crédito e aplicações MM	4.459.852	62	110	249	166	194	116
	<u>26.215.280</u>	<u>62</u>	<u>65.968</u>	<u>33.359</u>	<u>11.713</u>	<u>194</u>	<u>20.654</u>
							<u>26.347.230</u>

	2011						
	Euros	Dolares Americanos	Libras Esterlinas	Franco Suíço	Coroa Dinamarquesa	Coroa Sueca	Coroa Norueguesa
Activo							
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.319.323	-	61.618	14.665	-	-	21.748
Títulos de dívida pública	7.182.404	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de dívida	6.523.197	-	-	-	-	-	-
Depósitos em instituições de crédito e aplicações MM	3.428.625	60.869	1.231	986	129	187	68
	<u>22.453.549</u>	<u>60.869</u>	<u>62.849</u>	<u>15.851</u>	<u>129</u>	<u>187</u>	<u>21.816</u>
							<u>22.615.270</u>

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor de mercado dos títulos de dívida em carteira classificados por tipo de cupão era como segue:

	2012	2011
Taxa variável	5.761.871	5.003.450
Taxa fixa	9.638.706	8.903.751
	<u>15.400.577</u>	<u>13.907.201</u>
	=====	=====

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco do Fundo ter dificuldades em cumprir os seus compromissos, nomeadamente o pagamento de pensões. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Fundo alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

Desta forma, a gestão da carteira do Fundo tem sempre subjacente o grau de liquidez dos activos integrantes da mesma, bem como as necessidades de "cash" ao longo do ano.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos de dívida em carteira (incluindo juros corridos) totalizam 15.400.577 Euros e 13.907.201 Euros, respectivamente, e têm as seguintes maturidades:

	2012	2011
Entre 0 e 3 anos	41,76%	40,38%
Entre 3 e 5 anos	23,83%	19,63%
Entre 5 e 7 anos	2,73%	14,34%
Entre 7 e 10 anos	15,08%	11,83%
Superior a 10 anos	16,60%	13,81%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>
	=====	=====

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade a alterações no valor de mercado da carteira de títulos foi efectuada através da realização de testes de esforço (*stress tests*), de forma a determinar o potencial impacto no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2012 da combinação de cenários simples de preço e taxa de juro, nomeadamente:

- Os instrumentos financeiros sensíveis ao risco de taxa de juro foram sujeitos a um desvio paralelo na curva de taxas de juro de referência em 100 *basis points* (bps) (Obrigações);
- Acções, fundos de investimento mobiliário ou instrumentos financeiros equivalentes foram submetidos a um cenário de desvalorização de 30% (Acções e fundos de investimento mobiliário);
- Contratos de futuros sobre acções e índices foram submetidos ao cenário de desvalorização do subjacente de 30% (Derivados); e
- Posições directas em imobiliário ou em fundos de investimento imobiliário foram submetidas ao cenário de desvalorização de 15% (Imobiliário).

De referir que estes cenários não assumem qualquer eventual efeito de correlação entre os factores de risco, cuja análise se encontra a ser efectuada pela Sociedade Gestora para efeitos da sua divulgação nas demonstrações financeiras de exercícios futuros.

Em 31 de Dezembro de 2012, o impacto potencial negativo no valor do Fundo decorrente da utilização dos pressupostos acima referidos ascende a 2.375.260 Euros, e apresenta a seguinte composição:

Obrigações	545.761
Acções e fundos de investimento mobiliário	1.651.738
Imobiliário	177.761
	<hr/>
	2.375.260
	<hr/>

Em 31 de Dezembro de 2011, o impacto potencial negativo no valor do Fundo decorrente da utilização dos pressupostos acima referidos para as "Acções e fundos de investimento mobiliário", "Derivados" e "Imobiliário" ascendia a 1.458.272 Euros.

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA MUNDIAL - CONFIANÇA

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros decorridos
ACCÕES					
Euros					
SIEMENS	725	54.028	5.567	59.595	-
BASF	825	46.029	12.670	58.699	-
TOTAL SA	1.476	58.447	(868)	57.579	-
SANOFI SYNLABO	712	40.608	10.222	50.830	-
ANHEUSER-BUSCH INB	626	30.564	10.589	41.153	-
SAP ORD.	678	28.891	12.257	41.148	-
EADS	1.097	31.279	1.083	32.362	-
BCO SANTANDER C.HISP	5.252	30.217	1.820	32.037	-
INDITEX	302	29.172	2.689	31.861	-
BAYER AG	433	21.390	9.738	31.128	-
BNP	701	21.275	8.577	29.852	-
ALLIANZ	270	22.062	6.234	28.296	-
AKZO NOBEL NV NLG20	537	20.062	6.651	26.713	-
VOLKSWAGEN AG-PREF.	149	17.247	8.403	25.650	-
GEN DES EAUX/VIVENDI	1.449	22.399	2.162	24.561	-
GLE ENTREP. VINCI	657	22.180	1.446	23.626	-
DANONE	467	22.682	624	23.306	-
ING GROEP NV	3.014	18.529	2.753	21.282	-
ENI SPA	1.026	16.750	2.067	18.817	-
BCO. BILBAO VISCAYA	2.669	17.165	1.411	18.576	-
SOLVAY SA	169	16.646	1.834	18.480	-
ADIDAS- SALOMON AG	273	14.085	4.296	18.381	-
SUEDZUCKER AG	586	17.912	248	18.160	-
DEUTSCHE BANK	533	15.689	1.873	17.562	-
ILIAD SA	135	15.669	1.888	17.557	-
SOCIETE GENERALE	595	12.447	4.415	16.862	-
UNILEVER NV-CVA	572	15.101	1.393	16.494	-
CIE GENERAL GEOPHYSI	725	16.259	119	16.378	-
TELECOM ITALIA	23.676	19.713	(3.542)	16.171	-
MUNCHENER RUCKVERS.	115	11.997	3.643	15.640	-
BANCA INTESA	11.773	15.180	125	15.305	-
HENKEL KGAA PREF.	244	13.534	1.643	15.177	-
AIR LIQUIDE	157	13.643	1.280	14.923	-
AEGON NV	3.014	9.346	5.130	14.476	-
ASML NA	291	13.536	432	13.968	-
FERROVIAL	1.225	12.974	746	13.720	-
GAZ DE FRANCE	847	17.974	(4.782)	13.192	-
RWE-RHEINISCH WEST..	406	14.209	(1.526)	12.683	-
L.V.M.H.	85	9.299	2.499	11.798	-
RENAULT SA	287	9.758	1.919	11.677	-
ARKEMA	146	7.639	3.926	11.565	-
OMV AG	406	9.863	1.243	11.106	-
E.ON AG(EX VEBA AG)	758	12.652	(1.972)	10.680	-
BEIERSDORF AG	165	10.139	71	10.210	-
FRESENIUS MEDICAL CA	187	9.890	(108)	9.782	-
ENEL	2.931	7.514	1.683	9.197	-
CARREFOUR	437	7.403	1.051	8.454	-
TELEFONICA DEUTSCH H	1.379	7.961	1	7.962	-
MICHELIN	110	7.417	458	7.875	-
DEUTSCHE BOERSE AG	164	6.766	812	7.578	-
IBERDROLA	1.700	6.342	790	7.132	-
J.MARTINS-PO	476	6.190	760	6.950	-

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA MUNDIAL - CONFIANÇA

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros decorridos
AXA-UAP	515	5.173	1.702	6.875	-
MAN AGN	82	5.751	871	6.622	-
UNICREDITO ITALIANO	1.656	5.689	448	6.137	-
SAMPO OYJ-A SHS	245	4.634	1.329	5.963	-
DISTRI.INTERNACIONAL	1.022	3.572	1.344	4.916	-
TERNA SPA	1.442	4.347	14	4.361	-
EDF	5	94	(24)	70	-
		984.983	144.127	1.129.110	-
Outras divisas					
C.FIN.RICHMONT	336	16.645	3.228	19.873	-
BARRATT DEVELOPMENT	6.149	11.319	4.323	15.642	-
BARCLAYS	3.825	10.127	2.171	12.298	-
TELENOR ASA	791	12.136	(58)	12.078	-
NOVO NORDISK AS	94	11.214	333	11.547	-
AFREN PLC	6.868	10.589	444	11.033	-
FRESNILLO PLC	441	10.473	(492)	9.981	-
PETROLEUM GEO-SERVIC	652	8.834	(374)	8.460	-
WEIR GROUP PLC	300	6.186	721	6.907	-
TULLOW OIL PLC	433	6.419	272	6.691	-
ZURICH ALLIED AG	33	5.809	845	6.654	-
C.S.HOLD./GROUP-REG	357	6.704	(121)	6.583	-
DE LA RUE PLC	296	3.713	(407)	3.306	-
		120.168	10.885	131.053	-
		1.105.151	155.012	1.260.163	-

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

Mobiliários

PETERCAM BdEUR InG-F	14.550	772.848	59.849	832.697	-
PIONEER EUROLND EQ I	124.006	574.751	98.602	673.353	-
CXG IMOBILIARIO	197.007	643.228	1.379	644.607	-
HSBC EURO GVT BOND F	207	519.171	59.301	578.472	-
ROBEKO EUR GOV BD I	3.460	453.785	23.522	477.307	-
BNPP L1 EQTY EURO I	1.366	305.239	64.428	369.667	-
BROCK EURO MKT Fd D2	16.936	245.376	73.868	319.244	-
CXGEST ACTIVOS CP	18.503	198.174	-	198.174	-
DB X-TR IBX EUROZON	1.000	171.360	18.640	190.000	-
FEI CX F. MONETARIO	32.626	176.238	1.394	177.632	-
PICTET EUR Corp.B.-I	960	151.382	22.455	173.837	-
CAAM Credit 1-3 Euro	6	160.951	11.168	172.119	-
CXG OB MAIS MENSAL	20.445	73.366	9.762	83.128	-
		4.445.869	444.368	4.890.237	-

Imobiliários

SAUDEINVESTE	250	298.471	(8.389)	290.082	-
FUNDIESTAMO I	250	251.148	(761)	250.387	-
		549.619	(9.150)	540.469	-
		4.995.488	435.218	5.430.706	-

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA MUNDIAL - CONFIANÇA

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

<u>Espécie</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor inicial</u>	<u>Mais/ /(menos)- -valias</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Juros decorridos</u>
<u>OBRIGAÇÕES DE DÍVIDA PÚBLICA</u>					
<u>Taxa fixa</u>					
FRTR 3% 04/2022	720.000	775.512	12.348	787.860	14.795
BGB 3.5% 06/2017	629.000	634.640	70.123	704.763	11.219
BTPS 5.5% 09/2022	598.000	587.003	61.229	648.232	10.994
SGLT 0 06/2013	530.000	498.376	5.061	503.437	22.259
NETHER 3.75% 01/23	418.000	474.199	28.425	502.624	15.033
SPGB 5.5% 04/2021	450.000	440.085	19.230	459.315	16.613
DBR 6.25% 01/2024	265.000	380.732	14.847	395.579	16.381
SPGB 3.15% 01/2016	373.000	364.928	4.174	369.102	10.754
FRTR 4.5% 04/2041	269.000	306.782	40.107	346.889	8.291
FRTR 3.25% 25/4/2016	283.000	299.343	11.193	310.536	6.300
BTPS 3.75% 12/2013	296.000	290.302	11.766	302.068	488
BTPS 3% 11/2015	230.000	208.737	25.047	233.784	1.144
DBR 4% 04/01/37	172.000	220.667	12.058	232.725	6.805
BTPS 5% 03/2025	220.000	183.821	43.901	227.722	3.677
BOTS 0% 06/2013	227.000	220.082	1.034	221.116	4.792
BTPS 5% 09/2040	220.000	172.799	47.146	219.945	3.677
BTPS 3.75% 08/2016	206.000	188.469	25.071	213.540	3.191
RAGB 3.5% 07/2015	176.000	188.553	2.337	190.890	2.852
DBR 1.75% 07/04/22	178.000	181.721	3.791	185.512	2.236
FRANCE O.A.T 4.25	126.000	138.978	8.234	147.212	983
RAGB 4.85 03/2026	102.000	118.750	15.380	134.130	3.944
OT 3.35% 10/2015	100.000	68.855	29.405	98.260	707
OT 3.6% OUT/2014	50.000	35.775	14.363	50.138	380
DBR 3.5% 01/2016	40.000	44.660	(487)	44.173	1.382
		<u>7.023.769</u>	<u>505.783</u>	<u>7.529.552</u>	<u>168.897</u>

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA MUNDIAL - CONFIANÇA

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros decorridos
<u>OBRIGAÇÕES DIVERSAS</u>					
<u>Taxa variável</u>					
CGD S.758 12/2017	1.050.000	602.786	100.560	703.346	720
UCGIM Float 02/2014	300.000	271.516	25.274	296.790	162
CGD S.757 12/2017	350.000	200.929	33.520	234.449	172
ACAAP Float 01/2015	200.000	199.790	8	199.798	48
Intned Float 04/2016	200.000	174.194	21.674	195.868	185
NOSTRUM 2003-1 A/46	190.838	124.227	26.726	150.953	45
KBC Float 07/13	150.000	150.255	411	150.666	565
INTNED Float 11/2014	150.000	149.997	186	150.183	93
Santander Flt.04/13	150.000	145.673	3.936	149.609	124
BESPLFloat 02/2013	150.000	126.750	22.763	149.513	174
ABBEY Float 06/2013	150.000	147.155	2.263	149.418	22
UBIIM Float 07/2014	150.000	128.494	16.996	145.490	107
UAB S.13 10/2013	125.581	97.568	8.054	105.622	29
SYDBDC Float 02/2014	100.000	99.804	1.473	101.277	191
NYKRE Float 01/2014	100.000	99.804	1.345	101.149	361
ABBEY Float 08/2013	100.000	99.852	1.024	100.876	182
CCCI Float 08/2013	100.000	99.854	796	100.650	447
RABOBK Float 01/2014	100.000	99.901	687	100.588	195
UBS Float 05/2014	100.000	99.800	639	100.439	86
RBS Float 05/2013	100.000	97.138	3.231	100.369	156
WSTP Float 10/2013	100.000	99.780	559	100.339	114
DANBNK Float 03/2014	100.000	99.802	532	100.334	59
RBIAM Float 03/2013	100.000	98.502	1.618	100.120	82
BNP Float 03/2013	100.000	100.000	80	100.080	-
JPM Float 09/2013	100.000	98.469	1.603	100.072	5
BPCEGP Float 12/2014	100.000	99.899	127	100.026	46
BNP Float 12/2014	100.000	99.889	136	100.025	44
BBVASM Float 01/2013	100.000	98.605	1.348	99.953	122
JP Morgan Flt.01/14	100.000	96.699	3.199	99.898	60
JYBC Float 05/2015	100.000	99.826	63	99.889	147
BFCM Float 02/2014	100.000	94.933	4.953	99.886	32
GE Float 04/2014	100.000	96.281	3.581	99.862	90
MS Float 11/2013	100.000	96.340	3.313	99.653	43
Citigroup Flt.03/14	100.000	94.115	5.304	99.419	24
ENEL Float 06/2014	100.000	90.658	6.542	97.200	12
BAC Float 05/2016	100.000	95.105	1.318	96.423	46
BESPL Float 06/2014	100.000	72.500	23.469	95.969	4
DB Float 09/2016	100.000	92.250	1.875	94.125	30
HSBC Float 09/2020	100.000	89.250	3.688	92.938	-
CMZB Float 10/2013	70.000	69.542	1.243	70.785	222
Henkel Var 04-15	50.000	49.615	4.010	53.625	265
Goldman Sachs 02/13	50.000	48.002	2.002	50.004	39
CCCI Float 03/2013	50.000	48.294	1.589	49.883	20
TELEFO Float 06/2015	50.000	46.909	2.848	49.757	78
BAC Float 02/2014	50.000	49.475	132	49.607	27
LLOYDS BANK Float 16	50.000	36.750	8.563	45.313	117
IBSANP Float 02/2018	27.000	19.474	3.290	22.764	14
LANISL Float 05/2012	50.000	2.750	(1.687)	1.063	-
		5.399.201	356.864	5.756.065	5.806
<u>Taxa fixa</u>					
NAB 1.875% 02/2023	200.000	198.220	564	198.784	185

FUNDO DE PENSÕES DO PESSOAL DA MUNDIAL - CONFIANÇA

INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

Espécie	Quantidade	Valor inicial	Mais/ /(menos)- -valias	Valor de balanço	Juros decorridos
CXGD 8% 09/2015	100.000	86.761	21.364	108.125	2.060
NDASS 2.25% 05/2019	100.000	99.757	6.731	106.488	1.492
SHBASS 1.875% 03/17	100.000	99.804	4.967	104.771	1.464
SEB 1.875% 11/2019	100.000	99.320	1.506	100.826	241
BCPPL 4.75% 10/2014	100.000	98.800	1.700	100.500	820
CBA 5.5% 08/2019	50.000	51.209	7.583	58.792	1.108
ENIIM 5% 01/2016	50.000	54.650	1.033	55.683	2.309
EUREK 7.375% 06/2014	50.000	53.775	812	54.587	2.000
LLOYDS 3.75% 09/2015	50.000	47.259	6.326	53.585	591
GE 2.875% 06/2019	50.000	49.857	3.606	53.463	772
BNP 2.875% 11/2017	50.000	49.850	3.602	53.452	134
UBS 3.125% 01/2016	50.000	49.847	3.444	53.291	1.486
MS 3.75% 09/2017	50.000	49.844	3.390	53.234	519
GSZFP 2.25% 06/2018	50.000	49.870	2.231	52.101	657
RENEPL 6.375% 12/13	50.000	44.469	7.503	51.972	227
ELEPOR 4.75% 09/2016	50.000	41.514	10.236	51.750	625
BESPL 5.625% 06/2014	50.000	39.500	11.163	50.663	1.610
SANTAN 3.5% 03/2015	50.000	47.600	3.036	50.636	1.419
PORTEL 6% 04/2013	50.000	49.269	1.331	50.600	2.014
UCGIM 4.875% 02/2013	50.000	49.475	759	50.234	2.151
BPIPL 3.25% 01/2015	50.000	46.000	3.192	49.192	1.558
Citigroup 4.75% 5/17	50.000	40.834	5.479	46.313	-
NAB 2.75% 08/2022	40.000	39.769	1.952	41.721	437
HSBC 3.625% 06/20	40.000	38.792	2.406	41.198	735
ENBW 7.375% 04/72	30.000	31.050	2.441	33.491	1.655
GE 2.875% 10/2014	30.000	31.221	(104)	31.117	151
ABIBB 1.25% 03/2017	30.000	29.900	453	30.353	100
BFCM 6.5% 07/2013	25.000	25.611	30	25.641	735
BRCORO 4.797 09/2013	25.000	21.250	4.031	25.281	315
ROSW 2% 06/2018	20.000	19.962	1.049	21.011	207
VW 1.875% 05/2017	20.000	19.876	732	20.608	236
BASGR 2% 12/2022	20.000	19.764	187	19.951	28
FORTIS 4.625% 07/14	10.000	10.348	233	10.581	221
		1.785.027	124.968	1.909.995	30.262
		7.184.228	481.832	7.666.060	36.068
		20.308.636	1.577.845	21.886.481	204.965